



EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS CORPORAIS DE MATRIZES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

Alexandro da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

alexsilvaef@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-8141-1124>

<https://lattes.cnpq.br/7596544700472930>

Ueberson Ribeiro Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

<http://lattes.cnpq.br/1735265888095821>

URL ORCID

Introdução:

O presente estudo surge de uma intersecção entre a trajetória pessoal e a vivência profissional do autor, enquanto homem pardo e professor de Educação Física (EF) na rede pública, no Espírito Santo. Observa-se a importância da escola como espaço de transmissão de conhecimento e formação de cidadãos conscientes, e a Educação Física, especificamente, como um campo privilegiado para a vivência da diversidade cultural, sobretudo as de matriz africana e afro-brasileira. A motivação central desta pesquisa reside no histórico de resistência e silenciamento enfrentados ao tentar implementar as diretrizes da Lei Federal nº 10.639/03, complementada pela Lei nº 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar. Relatos de vivências profissionais desde 2008 evidenciam a oposição de parte da comunidade escolar (professores, equipe técnica, familiares e até mesmo alunos), que frequentemente associa práticas corporais como a Capoeira e danças afro-brasileiras a questões religiosas de matriz africana, as quais são pejorativamente "demonizadas" ou classificadas como "macumba", um sintoma claro do racismo religioso e do racismo estrutural presente no ambiente laico da escola. De acordo com Gomes (2019), estudos do campo da Educação Infantil apontam que a questão racial e o racismo fazem parte do universo das crianças pequenas. Tal situação merece um trato pedagógico e um olhar investigativo cada vez maior pelo campo da educação e do currículo. Considerando que crianças pequenas já apresentam atitudes racistas.





Em um contexto normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) para a Educação Infantil (EI) estabelece seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e cinco Campos de Experiência. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) reforçam a necessidade de reconhecimento, valorização, respeito e interação das crianças com as culturas africanas e afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação desde a primeira etapa da Educação Básica. Contudo, a BNCC-EI não detalha um componente curricular de EF, levando os professores a adaptarem as Unidades Temáticas e Objetos de Conhecimento do Ensino Fundamental.

Diante da urgência em promover uma educação antirracista e valorizar o patrimônio cultural negro, o produto educacional proposto visa atuar diretamente neste campo de tensão. O objetivo geral desta pesquisa é analisar os efeitos da implementação de práticas corporais das matrizes africanas e afro-brasileiras nas aulas de Educação Física na Educação Infantil por meio do planejamento, desenvolvimento e avaliação de uma proposta pedagógica específica. contextualizar os elementos centrais que introduzem o estudo e objetivo do produto educacional.

Desenvolvimento:

O presente estudo adota a abordagem metodológica da Pesquisa-Ensino (Penteado, 2010; Zaidan & Ferreira, 2018), que se caracteriza por ser realizada durante e como ato docente, promovendo a interação e a colaboração entre o pesquisador (professor) e os participantes. Este método permite ao professor identificar desafios em sua prática e desenvolver estratégias para superá-los, visando a construção de conhecimento e o desenvolvimento da aprendizagem em um ciclo contínuo de ação-reflexão-ação.

1-Cenário e Participantes

A pesquisa será desenvolvida na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Maria Rita Neves, localizada no bairro Itapuã, em Vila Velha/ES. A escolha se justifica pelo ambiente de apoio da equipe pedagógica e por se tratar de uma escola com menor número de turmas, facilitando o acompanhamento processual. Os participantes do estudo serão: Crianças dos Grupos 4 e 5, com idades entre 4 a 6 anos; Familiares/responsáveis; Professores e a equipe técnica da unidade de ensino.





2- Fases e Procedimentos Metodológicos

O desenvolvimento do estudo está subdividido em quatro fases interligadas:

Fase I – Diagnóstico

Esta fase inicial visa identificar as percepções e vivências dos envolvidos sobre as temáticas africanas e afro-brasileiras.

- Crianças: Utilização de dispositivos qualitativos como brincadeiras com bonecos pretos e brancos, contação de histórias com livros e fantoches, produção de desenhos e colagens, vídeos de animação e roda de conversa. O registro será feito via observação em diário de campo, registros audiovisuais e fotográficos.
- Familiares/Responsáveis: Aplicação de questionário (aberto e fechado) on-line via formulário (Forms/QR code) para levantamento de suas compreensões e relações com a temática.
- Professores e Equipe Técnica: Roda de conversa para apresentar a proposta e levantar as expectativas e resistências iniciais. O registro se dará por meio de relatório descritivo.

Fase II – Planejamento

Com base nos dados diagnósticos, esta fase será dedicada à organização da proposta pedagógica. O foco é a construção da Sequência Didática (Produto Educacional) com práticas e vivências das matrizes africanas e afro-brasileiras. A Sequência Didática será apresentada e discutida com os professores, equipe técnica e familiares, garantindo a colaboração e a adequação contextual.

Fase III – Desenvolvimento das Vivências e Práticas Pedagógicas

Nesta fase, a Sequência Didática será implementada, integrando as crianças, familiares, professores e a equipe técnica. As atividades serão desenvolvidas na escola e em visitas técnico-pedagógicas:

- Práticas pedagógicas (brincadeiras, danças, lutas) das matrizes africanas e afro-brasileiras.
- Contação de histórias, teatro de fantoches e vídeos sobre as temáticas.
- Visita pedagógica ao Museu Capixaba do Negro (MUCANE), em Vitória/ES.
- Visita pedagógica ao Museu Vivo da Barra do Jucu, com apresentação de grupo de Congo local.
- Oficina de Capoeira com mestre convidado.





- Realização de um Festival e Feira Cultural das matrizes africanas e afro-brasileiras, envolvendo toda a comunidade escolar.

O registro contínuo será realizado por meio de diário de campo, agenda das crianças, registros audiovisuais e análise dos materiais produzidos em conjunto.

Fase IV – Avaliação

A avaliação será contínua e processual, focada nos efeitos da implementação da proposta.

- Crianças: Análise de registros de observação, rodas de conversa e dos materiais produzidos.
- Familiares/Responsáveis: Avaliação da participação nas atividades propostas para casa e no Festival/Feira Cultural, complementada por um questionário final de engajamento.
- Professores e Equipe Técnica: Realização de uma avaliação final presencial para análise dos efeitos, percepções e impacto do projeto em suas práticas.

A divulgação dos resultados será realizada segmentada: para a equipe escolar na avaliação final e para os familiares/responsáveis durante o Festival e Feira Cultural.

3-Aspectos Éticos e Legais:

Os aspectos éticos serão rigorosamente observados, garantindo o respeito à dignidade humana e aos direitos dos participantes, conforme as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será aplicado para familiares/responsáveis e a assinatura do Termo de Assentimento (TALE) será solicitada para as crianças, garantindo a voluntariedade e a confidencialidade dos dados. O projeto será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) antes do início da coleta de dados.

4-Referencial Teórico: A Educação Física Escolar e a Questão Étnico-Racial

O referencial teórico se sustenta na premissa de que a Educação Física deve ser um agente ativo no combate ao racismo e à intolerância religiosa, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira (Brasil, 2004). O texto aponta a descontextualização e a superficialidade das práticas ligadas à Lei 10.639/03, frequentemente restritas ao mês de novembro.

O problema da intolerância religiosa é central. Conforme Miranda (2021), a intolerância contra religiões afro-brasileiras, impulsionada em parte pelo crescimento de grupos evangélico





pentecostais, manifesta-se no ambiente escolar como preconceito e discriminação, interferindo nas práticas pedagógicas de EF.

Essa resistência, vivida em primeira pessoa pelo autor e professor obstrui o cumprimento da legislação educacional.

As DCNEI (2010) e a BNCC (2018) da Educação Infantil oferecem a base legal para a atuação, ao demandarem o combate ao racismo e a valorização da cultura africana desde o início da formação. É na Educação Infantil, onde a criança constrói significados sobre si e o mundo social, que as ações de valorização das identidades devem ser iniciadas, contribuindo para a reconstrução de uma identidade negra positiva, desafiando a desvalorização histórica (Brasil, 2004).

A intervenção pedagógica proposta utiliza a cultura corporal de movimento, explorando danças e brincadeiras lúdicas. A canção “Identidade” de Jorge Aragão é citada como um potente instrumento para abordar o racismo e a discriminação de forma contextualizada, mostrando a necessidade de resgatar a identidade cultural, em contraposição à ideia pejorativa de “preto de alma branca” (Santos, 2022). O estudo também se alinha com as Orientações Curriculares de Vila Velha/ES, que instituem a Lei nº 7.192/2025 (Semana da Cultura Regional Canela Verde - Educadora Marina Vieira Sampaio), promovendo o Congo Capixaba e outras raízes locais como parte do tema integrador para as relações étnico-raciais.

A Educação Física, por meio de práticas lúdicas e contextualizadas, é, portanto, um campo fértil para possibilitar a experimentação e o respeito às diferenças culturais, contribuindo para uma educação antirracista na educação infantil.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.



BRASIL. Ministério da Educação. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. GOMES, N. L. Raça e educação infantil: à procura de justiça. Revista e-curriculum, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, 2019.

MIRANDA, A. P. M. A “política dos terreiros” contra o racismo religioso e as políticas “cristo fascistas”. Debates do NER, Porto Alegre, n. 21, v.40, p.17-54, ago./dez., 2021.

PENTEADO, H. D.; GARRIDO, E. Pesquisa-ensino: a comunicação escolar na formação do professor. 2010.

SANTOS, M. R. O ensino da história e cultura afro-brasileira através do samba: The teaching of afro-Brazilian history and culture through samba. REVHIST-Revista de História da UEG, v. 11, n. 2, p. e122205-e122205, 2022.

VILA VELHA. Lei Nº 7.192. Institui nas escolas da rede municipal de ensino a “Semana da Cultura Regional Canela Verde – Educadora Marina Vieira Sampaio”, 2025.

VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica da Educação Infantil do Município de Vila Velha. Vila Velha, ES, 2024. Z Aidan, S.; FERREIRA, M. C. C.; KAWASAKI, T. F. A pesquisa da própria prática no mestrado profissional. Plurais-Revista Multidisciplinar, v. 3, n. 1, p. 88-103, 2018.

Área temática:

Abordagens metodológicas e processos de ensino e aprendizagem;

